Sistemas urbanos e regionais sustentáveis

Clélio Campolina Diniz[1]

1. Fundamentos conceituais e históricos

O processo de desenvolvimento é, por natureza, desequilibrado no território, como está historicamente comprovado e como atestam os clássicos da economia regional e da teoria do desenvolvimento econômico (PERROUX, 1967; HIRSCHMAN, 1958; CEPAL, 1950). Essas características do processo de desenvolvimento decorrem dos atributos que cada território contém (históricos, naturais, humanos, institucionais etc.) e da capacidade de inovação de seus agentes. Assim, além dos atributos do território, as vantagens que um país, região ou localidade adquirem estão relacionadas à sua capacidade de aprendizado e inovação, em função da forma que interagem pesquisa, experiência prática e ação. A luta competitiva e o processo de inovação inerente abrem "janelas de oportunidade" que são também "janelas locacionais", pois o processo de aprendizado é altamente localizado (DINIZ, SANTOS e CROCCO, 2006).

Pela história de sua ocupação e por suas características naturais, o Brasil apresenta uma forte desigualdade na forma em que está distribuída a população, a infraestrutura, a produção e a rede urbana em seu território. Como consequência, a população está predominantemente na grande faixa litorânea, com uma maior penetração na chamada região centro-sul, que coincide com a rede das maiores cidades e, também, da produção industrial. Essas características podem ser sintetizadas pela visualização do Mapa 1, da rede urbana com mais de 50 mil pessoas, segundo

1 Professor da UFMG/Cedeplar.

a Contagem Populacional de 2007, e que tem forte similaridade com o mapa da distribuição das áreas industriais com mais de 5.000 empregos.

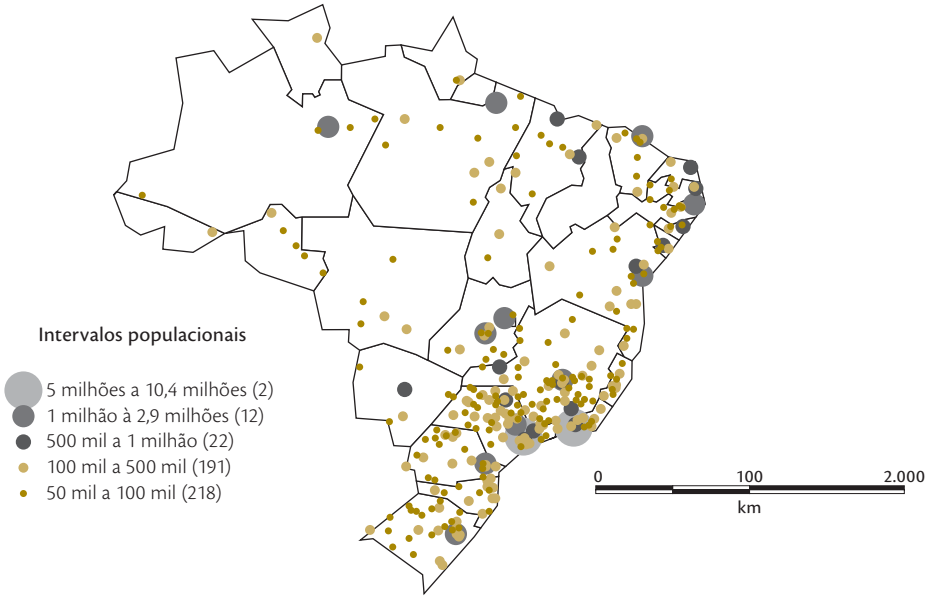

Figura 1. Rede urbana com mais de 50 mil pessoas em 2007

A partir da segunda metade do século XX, em função da mudança da capital para Brasília, da orientação e desenvolvimento do sistema de transportes rodoviário, da incorporação produtiva dos cerrados e a consequente expansão da fronteira agrícola, dos projetos de irrigação, das novas províncias minerais, das novas usinas hidrelétricas, da expansão e das novas tecnologias de telecomunicações, dos incentivos fiscais e dos processos migratórios, vem ocorrendo um processo de forte urbanização e de expansão da produção em uma ampla faixa do território brasileiro. Esse processo não foi capaz, no entanto, de frear a mega concentração urbana em grandes metrópoles, reforçando algumas das já existentes e criando outras, a exemplo de Brasília, Goiânia, Belém e Manaus. Segundo a Contagem Populacional de 2007, havia no Brasil 20 aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes cada, lideradas pela RMSP com quase 20 milhões e, se considerada a região de comutação diária de grandes contingentes populacionais, por via terrestre, poderá alcançar 30 milhões de habitantes.

Ao lado da forte concentração urbana e da metropolização, que trazem graves problemas ambientais, a expansão produtiva vem ampliando a antropização do país, com destruição da flora e da fauna, com fortes efeitos sobre o solo, os recursos hídricos, as condições climáticas e atmosféricas.

À luz dessas condições e tendências, cabe repensar o padrão de desenvolvimento do país de forma a combinar os benefícios do crescimento com a sustentabilidade e com um melhor ordenamento de seu território. Nessa perspectiva, entende-se que os sistemas urbanos e regionais precisam ser tratados em uma perspectiva de inovação e sustentabilidade.

2. A busca de caminhos para a construção de um sistema urbano e regional sustentável

As cidades e a infraestrutura de acessibilidade, principalmente o sistema de transportes, estruturam e comandam o conjunto do território. Essa perspectiva foi, originalmente, desenvolvida por Chistaller (1934:1966) ao procurar definir as leis gerais que explicam como se forma a rede de cidades, por meio do entendimento do número, do tamanho e da distribuição destas. Desenvolveu o conceito de "lugar central", demonstrando que, pela necessidade de os agentes (pessoas e organizações produtivas) interagirem, eles se localizam de forma centralizada, dando origem à cidade. Entenda-se a cidade como centro de produção de bens e serviços que atende a si mesma e a um determinado território, por ele denominado de "região complementar". Esse fenômeno foi, também, analisado por Losch (1954) que, pela sua concepção de área de mercado, procurou explicar os padrões locacionais em função do crescimento dos custos de transporte com a distância. O tamanho e a sofisticação da estrutura produtiva de cada cidade estabelecem uma hierarquia da rede urbana, denominada por Chistaller de "sistema de lugares". Posteriormente, análises sobre o papel e a função das cidades demonstraram que estas são também os centros de geração e difusão de conhecimento e, portanto, o lócus privilegiado da inovação (JACOBS, 1975).

Dentro da concepção de "lugar central" e "região complementar", havia certa separação entre a cidade e o campo. No entanto, com a crescente concentração da população nas cidades e com a melhoria das comunicações, o urbano e o regional passaram a ser indissociáveis, o que levou à interpretação de que a urbanização contemporânea é extensiva e, portanto, que o campo está urbanizado (MONTEMÓR, 2005).

A combinação do desenvolvimento regional e urbano com a sustentabilidade, dentro de uma perspectiva de fomento e estímulo à inovação, deve ser pensada a partir do reordenamento do território brasileiro, por meio da indução de novas centralidades urbanas e do correspondente sistema de acessibilidade, especialmente transportes. Além de outros equipamentos, as cidades selecionadas devem ser dotadas de infraestrutura de ciência e tecnologia como base para a pesquisa e a inovação.

Dentro dessa linha, o recente trabalho realizado pela equipe do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar), sob a coordenação do autor, formalizou uma proposta para a construção do Brasil Policêntrico que parte da análise da estrutura espacial brasileira, dos critérios de polarização, considerando a diversidade ambiental e cultural, das intenções geográficas e geopolíticas para seleção de um conjunto de sete novos macropolos e vinte e dois subpolos estruturadores do território (Figura 2).

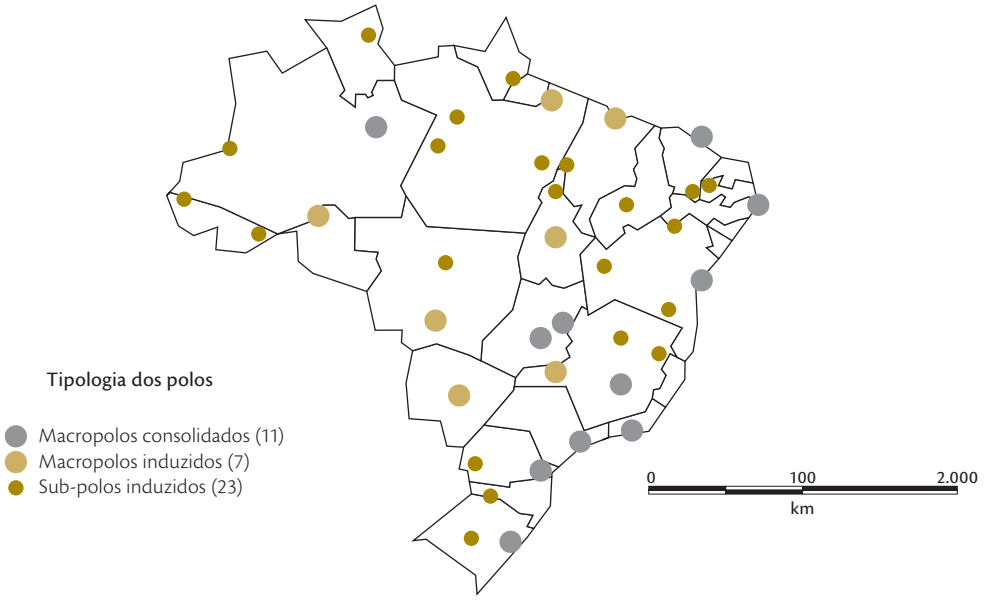

Figura 2. Cenário do Brasil policêntrico

Considerada a diversidade natural e a história de cada região, cada uma deveria se especializar naquilo em que apresenta potencial produtivo efetivo, pela combinação da sua base produtiva, de seus atributos naturais e de sua capacidade de criar vantagens comparativas construídas, por meio da inovação, sendo inovação, sustentabilidade e centralidades urbanas e infraestrutura os fundamentos para a coesão territorial, econômica, social e política da nação.

Menção especial deve ser feita para o caso da Amazônia. Sua rede urbana a ser induzida foi pensada de forma a servir de base para a geração de conhecimento novo, na perspectiva de uma revolução científico-tecnológica para a região. Revolução científico-tecnológica que crie as condições para a geração de conhecimento novo que permitisse a identificação de um novo padrão produtivo que fosse capaz de gerar riqueza, renda e emprego a partir do aproveitamento da biodiversidade da região, sem sua antropização.

Referências

CEPAL (1950) *Estudio económico de América Latina, 1949,* New York, ONU

CHRISTALLER, W. Central Places in Southern Germany (19), New Jersey, Prentice-Hall, 1966.

DINIZ, C.C., SANTOS, F. e CROCCO, M. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local, in DINIZ, C.C. e CROCCO, M. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006

HIRSCHMAN. A *The Strategy of Economic Development.* New Haven: Yale University, 1958.

JACOBS, J. the economy of cities, New York, Random House, 1968

LOSCH, A. *The economics of location* (1933), New Haven, Yale University, 1954.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Estudo da dimensão territorial para o planejamento, Regiões de referência, III, Brasília, 2008.

MONTE-MÓR, R.L. A questão urbana e o planejamento urbano regiional no Brasil contemporâneo, in Diniz, C.C. e Lemos, M.B. Economia e Território, Belo Horizonte, editora da UFMG, 2005

PERROUX, F. A Economia do Século XX. Porto: Herder, 1967.